

A modernidade complexa dos bairros dos Olivais¹

The complex modernity of Olivais neighbourhoods

Tiago Cardoso de Oliveira

RESUMO

Construídos por iniciativa pública nos anos 60, os bairros dos Olivais em Lisboa são amiúde considerados como a primeira afirmação plena dos princípios da Carta de Atenas em Portugal. No entanto, à data da sua construção, estes princípios já eram postos em causa por vários arquitetos, tendo alguns destes participado nos projetos dos edifícios e influenciado o desenvolvimento do plano. Este artigo tenta desmontar ideias redutoras que se vulgarizaram sobre o bairro, expondo as circunstâncias que presidiram à sua conceção, identificando diferenças entre os planos de Olivais Norte e de Olivais Sul e procurando caracterizar e comparar diversos tipos de abordagens adotados pelas equipas de projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Olivais / Carta de Atenas / Estrutura celular / Racionalismo / *Plan masse*

ABSTRACT

Built by public initiative in the 60s, the neighbourhoods of Olivais in Lisbon are often regarded as the first full statement of Athens Charter's principles erected in Portugal. However, at the time of their construction these principles were already questioned by several architects, some of which intervened in the building projects and influenced the development of the master plans. This article attempts to dismantle reductive ideas about this neighbourhoods that have become commonplace, exposing the circumstances that governed its conception, identifying differences between the master plans of Olivais Norte and Olivais Sul, and seeking to characterize and compare various types of approaches adopted by different project teams.

KEYWORDS

Olivais / Athens Charter / Cellular structure / Rationalism / *Plan masse*

¹ O presente artigo, revisto e aumentado, tem por base a tese de doutoramento intitulada *As vicissitudes do espaço urbano moderno ou o menino e a água do banho: os bairros dos Olivais*. Lisboa: [s.n.], 2015. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Os bairros dos Olivais continuam as estratégias de expansão da cidade de Lisboa e de eliminação de *deficit* habitacional, desencadeadas por iniciativa pública nos anos 40 e iniciadas com o bairro de Alvalade. São denominados por bairros integrados por preverem comércio e serviços juntamente com a habitação. À semelhança de Alvalade, a zona dos Olivais não ostentava marcas fortes de pré-existências urbanas, mas à sua diferença, apresentava-se desligada da continuidade imediata dos eixos de expansão da área urbana que veio a estruturar as avenidas de Alvalade. Estas circunstâncias vão ajudar a conferir aos bairros dos Olivais a configuração de uma urbanização separada da cidade, imagem que é reforçada pela natureza das experiências urbanísticas que aí foram levadas a cabo.

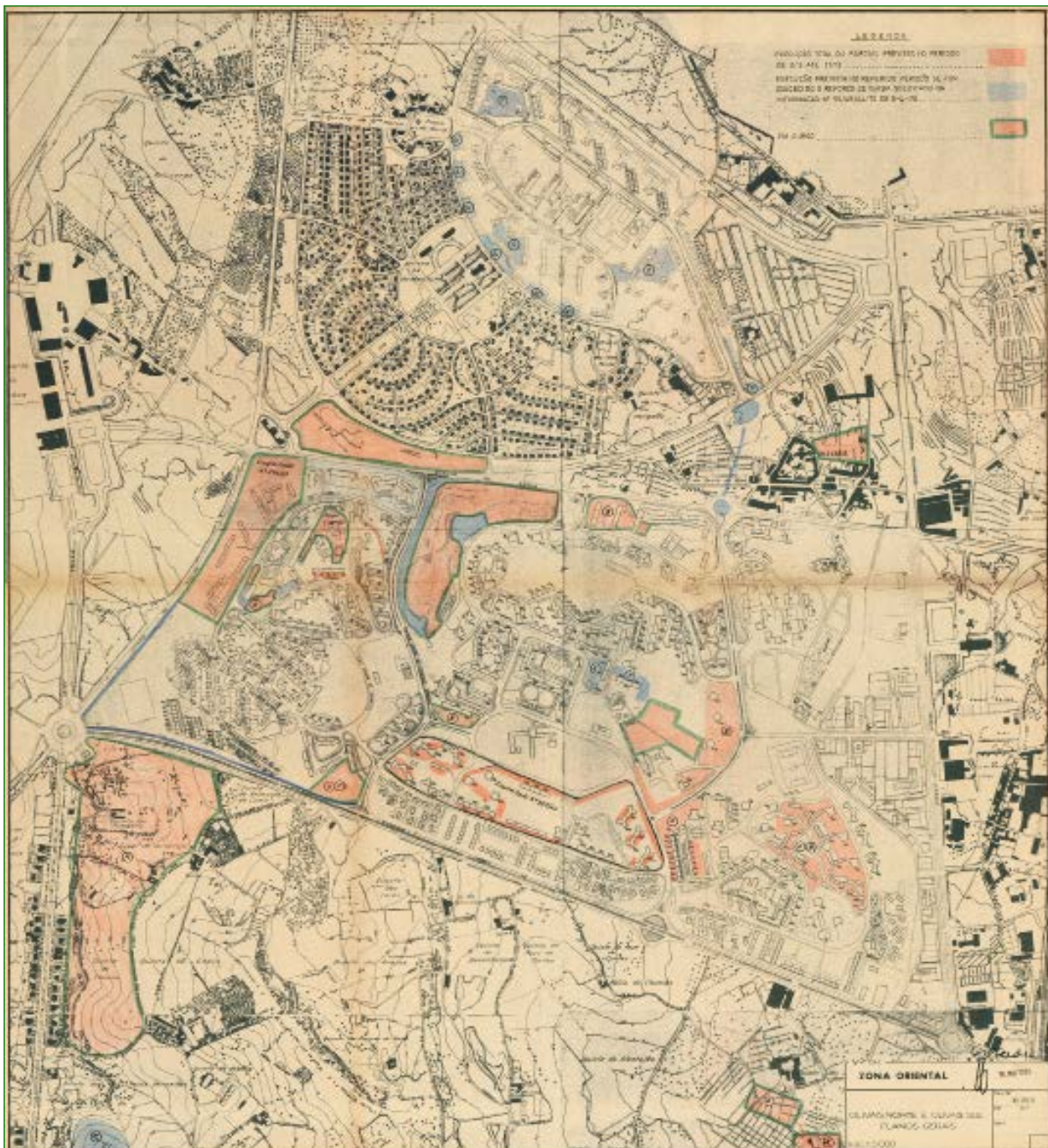


Figura 1 Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMSLB/UROB/EV/0257, p. 9.

Embora já tivessem sido realizadas em Lisboa, nos anos 1950, intervenções urbanas informadas pelo ideário do Movimento Moderno, nomeadamente em Alvalade e na Avenida Infante Santo, elas consistiam em bairros habitacionais de pequena dimensão que resultavam da revisão de partes de um plano que, na sua génese, prevê um sistema urbano formal de ruas e quarteirões, como é o caso de Alvalade, ou encontravam-se encaixadas na cidade tradicional, como acontece na Avenida Infante Santo. Em qualquer dos casos, estas realizações evidenciam um cuidado singular com a forma urbana e com a relação com a cidade circundante, que as leva a considerar o alinhamento das ruas na implantação dos edifícios e, em muitos casos, a prescindir da melhor orientação solar.

Nuno Portas lembra que é nos Olivais que a cidade de Lisboa vive pela primeira vez “um ambiente alternativo ao sistema «rua-quarteirão»”². De facto, nos planos para os Olivais, tanto Norte como Sul, os edifícios implantam-se no terreno, sem a obrigação de se perfilarem pelos arruamentos e com poucos constrangimentos por pré-existências construídas. Segundo J. M. Fernandes, a influência que Olivais exerceu pelos bairros do País foi enorme e permitiu, em definitivo, a implantação e vulgarização do “ideário moderno do espaço urbano «estilhaçado» e da «casa em altura» isolada”³. Neste sentido pode argumentar-se que os bairros dos Olivais foram importantes na divulgação em Portugal do ideário do urbanismo racionalista que segue as determinações dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)⁴. No entanto, como observa Ana Tostões⁵, se Olivais Norte assume expressão moderna e internacional, finalmente concretizada num conjunto pensado de raiz no espírito da Carta de Atenas⁶, o plano de Olivais Sul constituirá um verdadeiro laboratório de experiências tipológicas e urbanísticas. Há, assim, diferenças assinaláveis entre os dois planos e entre as intervenções arquitetónicas que aí se realizaram, que nos propomos a discutir.

1. O DECRETO-LEI N.º 42454 E O GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO

Os estudos-base de urbanização dos Olivais são iniciados em 1955 no Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Os Olivais foram subdivididos em duas zonas: Olivais Norte, com cerca de 40ha, e Olivais Sul, com uma área total de 187ha. Com a publicação do Decreto-Lei nº 42454 em 1959, o município fica obrigado à concretização de um plano definido de construções económicas dividido em planos anuais de distribuição de terrenos destinados à construção de habitação. O Decreto-Lei fixava um prazo de três meses e meio para a apresentação dos primeiros projetos a financiamento, pelo que a CML recorreu aos terrenos de Olivais Norte, na sua maioria já municipais, o que se repercutiria na economia da realização. Os arruamentos principais estavam construídos, os estudos de urbanização estavam praticamente concluídos e o projeto das habitações estava definido segundo o Plano de Pormenor elaborado pelo GEU entre 1955 e 58, muito embora houvesse retificações a fazer exigidas pelo diploma.

Para as novas unidades urbanas, o referido diploma preconizava uma distribuição das habitações a construir na razão de 30% para habitações de renda livre e de 70% para fogos sociais. Dentro deste último grupo estabeleciam-se quatro categorias em função do montante das prestações mensais e fixava-se a proporção dos fogos a atribuir em 40% para a categoria I, a mais económica, 30% para a categoria II, 20% para a categoria III e 10% para a categoria IV, encorajando-se explicitamente a convivência de todas estas categorias nas urbanizações a realizar.

² PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. p. 128.

³ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da arte em Portugal: a arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. 14, p. 153-154.

⁴ Os 10 CIAM realizaram-se entre 1928 e 1956. Como lembra Benedetto Gravagnuolo, a eles corresponderá o papel guia na promoção de uma confrontação sistemática entre as diversas experiências e teorias da modernidade. GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa: 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 385.

⁵ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos cinquenta*. Porto: Edições FAUP, 1997. p. 76.

⁶ O 4º CIAM, realizado em 1933 e dedicado à cidade funcional, é o responsável pela produção da Carta de Atenas (escrita por Le Corbusier em 1942 e exprimindo uma posição pessoal sobre as conclusões do congresso), onde se fixaram princípios sistemáticos relativos ao moderno planeamento. Em Portugal, vai ser publicada na revista *Arquitetura* (do nº 20 ao nº 27) em 1948. Um resumo da Carta tinha já sido publicado em 1944, na revista *Técnica* do Instituto Superior Técnico (nº 147, maio de 1944).

O Gabinete Técnico da Habitação (GTH), que vem substituir o GEU, é criado em janeiro de 1960 para dar execução ao plano estabelecido no Decreto-Lei nº 42454, designadamente as tarefas atribuídas ao município pelo seu art.º 22º, que incluem a preparação dos programas de trabalho, elaboração dos projetos e direção e fiscalização das obras. A par destas atividades, inclui na sua orgânica um Serviço de Investigação que virá a desenvolver um vasto trabalho na preparação de documentação técnica para apoiar a elaboração dos projetos de arquitetura, com indicações relativas à dimensão dos edifícios e dos fogos, ao tipo de equipamento e às características de construção, sempre com a preocupação do controlo de custos. A avaliação dos resultados obtidos pela construção entretanto realizada, nas suas várias especialidades e em situações de pós-ocupação, era também considerada nas recomendações produzidas por este serviço, que viria a estabelecer uma relação muito próxima com as equipas projetistas.

Os projetos dos edifícios foram distribuídos pelo GTH de três maneiras diferentes⁷: convite direto a equipas exteriores que teriam assistência técnica por parte dos técnicos do GTH; atribuição aos serviços camarários; concursos de conceção-construção a partir de bases fornecidas pelo gabinete. No período que correspondeu ao arranque das operações em Olivais Norte e Sul, a opção mais utilizada foi a da encomenda a equipas exteriores, em que apenas 20% se referia a projetos-tipo, considerando-se o restante como projetos de repetição.

2. OLIVAIS NORTE

O Plano de Olivais Norte (ON), para 10000 habitantes a distribuir por 2500 fogos num terreno com pouco mais de um quinto do tamanho do de Olivais Sul (OS), é designado como a Célula A do Plano dos Olivais. Inspira-se numa conceção «clássica» do modernismo racionalista, em que edifícios isolados, explorando as tipologias da torre, do bloco e da «banda», se distribuem pelo terreno procurando a melhor orientação solar. A repetitividade de tipologias e a regularidade imposta à sua implantação assegura ainda ao bairro uma unidade de conjunto que, como veremos, já não se vai verificar em OS. De um modo geral, a rede viária segrega os caminhos pedestres da circulação mecânica e o traçado das ruas autonomiza-se da orientação dos edifícios mas mantém-se, ainda assim, como o elemento integrador do conjunto e condiciona a implantação do edificado (Figura 2).

A importância conferida à hélio-orientação e a separação entre os traçados das vias principais e a implantação dos edifícios, tem como exemplo precedente em Portugal o bairro da Federação das Caixas de Previdência em Ramalde, no Porto, da autoria de Fernando Távora (1952-60). No entanto, apesar de se afastar da imposição de continuidade de um desenho urbano existente, em Ramalde, os edifícios são todos projetados pela mesma equipa, têm uma tipologia única, a mesma cêrcea e uma orientação constante que determina também o traçado viário de serventia, o que o aproxima do plano de realizações em Alvalade, de que é exemplo o Bairro das Estacas.

A *tabula rasa* como dado à partida proporciona aos planeadores uma relação mais livre com o terreno e a possibilidade de aplicação quase imediata de modelos teóricos. Mas esta liberdade parece aplicar-se mais a OS, porque no caso de ON a implantação junto ao grande Bairro da Encarnação, construído em 1938, tem uma influência determinante na definição do traçado urbano. E se ON não estabelece maior continuidade com o Bairro da Encarnação em virtude da autonomia que procura na sua composição, também este último se presta pouco a isso pelo mesmo motivo.

⁷ SANT'ANA, Joel; FIGUEIREDO, Eduardo; ANTUNES, Joaquim – Aspectos da intervenção do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa na construção de habitação social. *Boletim GTH*. Vol. 6 Nº41-42 (1º semestre 1982), p. 371-376.

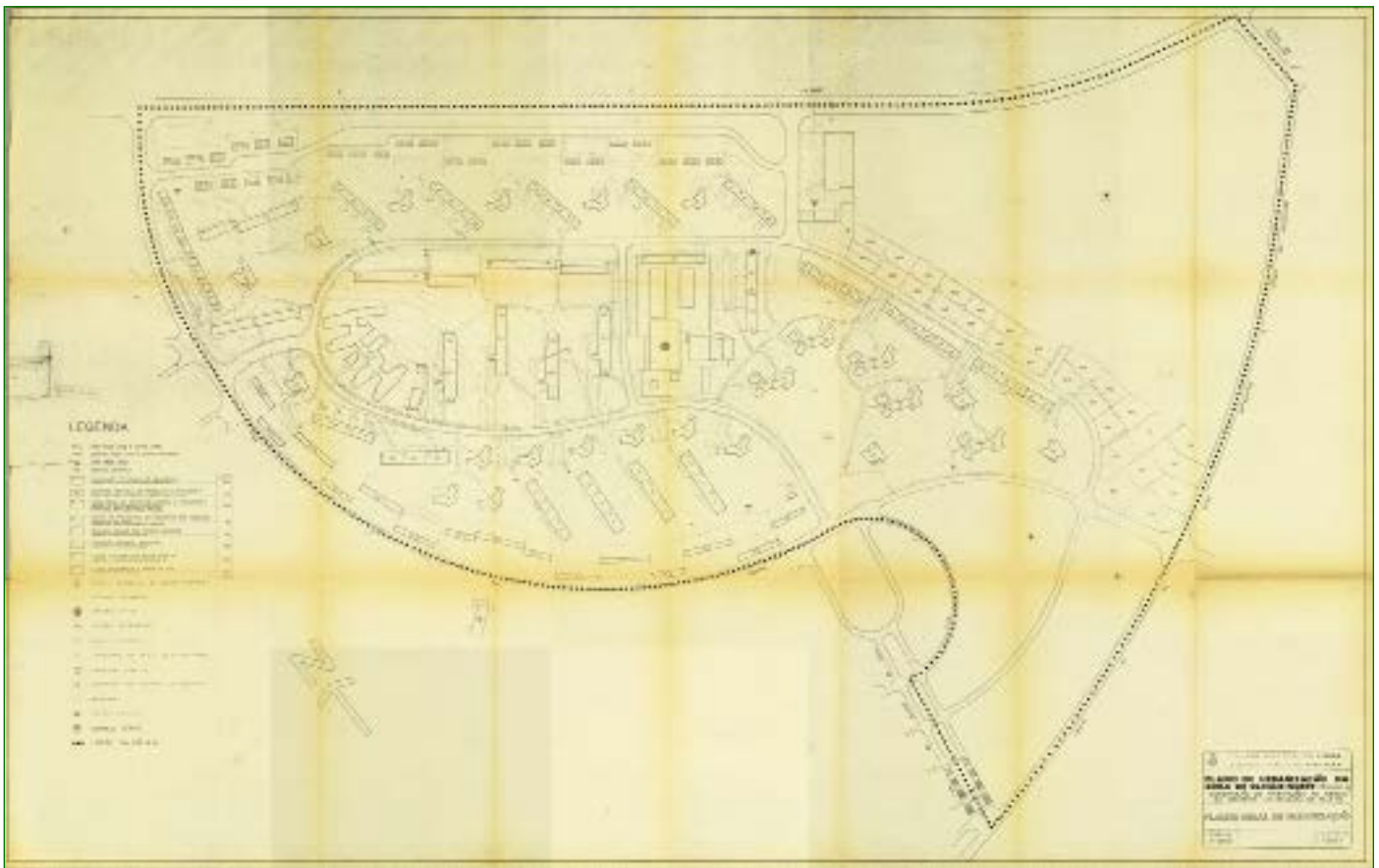


Figura 2 Plano de Urbanização da Zona de Olivais Norte, 1959-60. AML, PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/10/313/11, p. 17.

Da autoria de Paulino Montez, o Bairro da Encarnação é o maior dos bairros do Programa de Casas Económicas do Estado Novo e é constituído por moradias unifamiliares geminadas em 2 pisos, com fachada para a rua e jardim nas traseiras. Seguindo o modelo dos bairros-jardim, apresenta grandes espaços verdes públicos e dispõe-se em ruas curvilíneas de uma forma quase simétrica em relação a uma alameda central, onde se ergue a igreja. O bairro possui ainda dois eixos secundários, igualmente simétricos em relação à alameda central, que culminam em dois mercados rodeados por algum comércio e que vão comunicar diretamente com o bairro de ON. Para além de contemplar a proximidade destes equipamentos, o plano de ON inclui-se de alguma forma na continuidade do traçado viário definido pelo Bairro da Encarnação.

À diferença do Bairro da Encarnação, ON organiza-se a partir de uma hierarquia dos espaços exteriores de circulação que constrói um sistema onde os edifícios isolados de habitação podem assumir maior autonomia formal. A Memória Descritiva do plano refere a franca adoção do “princípio de independência dos blocos habitacionais, com todas as vantagens conhecidas de possibilidade de orientação conveniente, isolamento das habitações, etc”⁸. Já os de equipamento organizam-se em quarteirão semiaberto na área destinada ao Centro Cívico Comercial, previsto como “um conjunto de forma a limitar um espaço livre público só acessível por arruamentos de peões”⁹. A estrutura viária é organizada em quatro níveis: arruamentos principais que ligam às grandes artérias; arruamentos de serviço para aceder a todos os pontos da célula, que desviam o trânsito das vias principais e têm o propósito expresso de não estabelecer circuitos alternativos; serventias dos blocos habitacionais; vias pedonais com um traçado que procura minimizar as distâncias a percorrer.

⁸ Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais elaborada em 1955. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p. 5-28.

⁹ *Idem*. O projeto do Centro Cívico, de Joaquim Ferreira, também apresentado nesta revista e que previa atividades comerciais, artesanais e profissionais, articulada por pátios, e ainda uma biblioteca e um anfiteatro, não foi construído.

Inicialmente pensados para integrar a arborização existente, afinal perdida com os movimentos de terra, os espaços livres ocupam, como relata Leopoldo de Almeida¹⁰, 62% da área de ON e o seu tratamento iniciou-se quase em simultâneo com a construção dos edifícios, o que já então constituía uma exceção. No entanto, apesar do protagonismo que lhes é concedido, os edifícios de habitação concentram-se nas tipologias de torre, de bloco e de banda, e, mesmo que se desdobrem em projetos de repetição, não geram um espaço exterior autónomo e não fragmentam a continuidade de uma estrutura urbana pré-definida, assumindo a imagem de figuras-tipo isoladas sobre um fundo contínuo.

Entre as soluções arquitetónicas para habitação apresentadas em ON distinguem-se duas estratégias de abordagem determinadas pelas categorias que as constituem. Assim, os fogos das categorias superiores constituem-se em blocos de maior dimensão (8 e 12 pisos), concentrados no sector central, e os fogos para as categorias I e II organizam-se em blocos em banda e em torres de pequena altura, mais dispersos pelo terreno. Os edifícios das categorias mais altas são dispostos de forma a solidarizar a implantação do Centro Cívico Comercial e da escola primária e a constituir o «núcleo duro» da unidade urbana.

Assim, os edifícios mais altos são colocados no centro do terreno, onde se pratica uma implantação segundo eixos cartesianos, constituindo uma espécie de acrópole, e os blocos mais baixos, com maior repetição do tipo e orientação, e geometria mais variável, dispersam-se pela periferia, numa lógica de *plan masse*¹¹ que lembra a da *Ville Radieuse*¹² de Le Corbusier. Apesar de explicar que o terreno sofreu uma regularização geral, a Memória Descritiva do plano salienta a preocupação com que este escalonamento de cêrceas acompanhe a orografia do terreno.

Os quatro blocos desenhados por Palma de Melo e Pires Martins (1960-64), implantados entre a escola e a área do Centro Cívico Comercial, asseguram a espinha dorsal deste sector central. Com oito pisos destinados à categoria III, estes edifícios apresentam um piso vazado ao nível da sobreloja e um piso térreo reservado a acessos e garagem, implantando-se perpendicularmente à rua principal, recuados em relação a ela e parcialmente desfasados entre si. O piso aberto não está ao nível do terreno, ficando assim indisponível à utilização por parte dos transeuntes e dificultando o atravessamento, embora o desfasamento entre os edifícios, o recuo em relação à rua principal e as passagens pontuais permitidas pelo piso das garagens, mitiguem o efeito de barreira (Figura 3).

A figura do bloco com um piso vazado repete-se no edifício de 10 pisos para a categoria IV, projetado por João Abel Manta e também implantado junto à área do Centro Cívico. De facto, repete-se um conjunto de figuras arquitetónicas que caracterizam de uma forma geral o bloco de habitação moderno, como as do volume desligado do chão, as da modulação da estrutura portante e da sua afirmação nos alçados, as da exaltação plástica das comunicações verticais, ou as da cobertura plana em terraço utilizável. Mantém-se também a diferenciação entre acesso de serviço e acesso principal e a orientação da zona de serviço para a frente noroeste, o que dá origem a um longo corredor de distribuição.

Neste caso, o piso térreo, também dedicado a garagens, é absorvido pela diferença entre as duas cotas de acesso ao edifício, ficando o piso vazado ao nível da praça que se desenvolve para o lado noroeste. Este piso fica praticamente reduzido à função de separação do volume superior de habitação, uma vez que não promove relações de vizinhança dentro do edifício, nem a continuidade do espaço verde exterior. Mas apesar desta diminuição de universo, o edifício participa no espaço envolvente, o que é mais do que pode dizer-se de alguns dos seus vizinhos mais recentes implantados na área reservada ao Centro Cívico.

¹⁰ ALMEIDA, Leopoldo – Olivais Norte: nota crítica. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p. 12-14.

¹¹ *Plan Masse* consiste na representação gráfica aérea da intervenção no terreno. Alguns autores denunciam o carácter abstrato e arbitrário desta forma de representação como método de composição urbana em si, e também de «ideologia» de projeto, ligando-o ao planeamento racionalista moderno. Ver LAMAS, José – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2004. p. 370-374.

¹² Diagrama divulgado por Le Corbusier em 1930, por ocasião do 3º CIAM em Bruxelas. Dedicado ao tema “Métodos Construtivos Racionais”, com o subtema “Construções baixas, médias ou altas”, este congresso concentrou-se no estudo da divisão racional do solo. Ver MUMFORD, Eric – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 49 e GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa, 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998. p. 392.

É talvez nas categorias mais baixas que se verifica uma maior diversificação dos espaços internos, sobretudo daqueles destinados às funções de serviço. De facto, devido à exiguidade das áreas e à perda de sentido da lógica de divisão do fogo em área de serviço e de habitar, a que se assiste nas categorias mais altas, os fogos das categorias I e II são protagonistas da pesquisa de novas formas de articulação dos espaços habitacionais (Figura 4).



Figura 3 Edifício de Abel Manta em Olivais Norte, fotografia de Armando Maia Serôdio, 1963. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005332.



Figura 4 Edifício de Vasconcelos Esteves, fotografia de Artur João Goulart, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/S02419.

Os edifícios para a categoria I, de Vasconcelos Esteves, apresentam propostas de cozinhas com uma área reduzida, que comunicam abertamente com a sala comum através de áreas de ligação destinadas à tomada de refeições. Esta sobreposição de espaços e de funções vem a ser criticada em estudos posteriores do Serviço de Investigação do GTH, mas não se pode deixar de registar o interesse das experiências em torno da noção de planta livre e o de outras, relacionadas com as potencialidades de forma aberta, em que se prevê a agregação de tipos diferentes. Mas há outras propostas para as categorias mais baixas, que se concentram nas necessidades funcionais do agregado familiar e evidenciam uma atitude «revisionista» em relação às figuras do Movimento Moderno.

As bandas para a categoria I de Braula Reis e João Matoso têm a particularidade de se organizar em espaço canal, constituindo assim a única rua do tipo tradicional em ON. Para além da implantação a acompanhar a rua, o tratamento das fachadas, que se revestem a tijolo e não ostentam a marcação da estrutura portante, a utilização de vãos e varandas pontuais e não em *longueur*, e a utilização afirmada da cobertura inclinada remetem para uma reinterpretação da linguagem tradicional, ao arripio das experiências dentro do *mainstream* dos CIAM a que assistimos nas categorias mais altas. Também em banda, mas para a categoria II, os fogos de Teotónio Pereira e Pinto Freitas seguem as mesmas orientações, mas evidenciam uma preocupação particular com as relações de vizinhança. As arrecadações são transferidas para o exterior, onde se contempla uma área de convívio que é tratada com especial cuidado e para onde se desenha equipamento urbano e se prevê a contribuição de artistas plásticos. Esta ocupação do espaço urbano adjacente é singular em ON, mas será mais explorada em OS, sobretudo para o caso das categorias mais económicas (Figura 5).

Na proposta para as torres de 8 pisos previstas para a categoria II, Teotónio Pereira e Pinto Freitas procuraram contrariar o isolamento entre vizinhos criando uma pequena área de convívio em cada patamar de acesso. Também na cobertura em terraço se prevê, para além de estendais e arrecadações, um espaço parcialmente coberto que, segundo a explicação dos autores, se propõe incentivar as “relações de vizinhança e aproveitamento das vistas sobre o bairro ou o rio”¹³.



Figura 5 Edifício de Braula Reis e Matoso, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001271.

¹³ PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; PORTAS, Nuno – Habitações em torre em Olivais-Norte. *Arquitectura*. N.º 110 (1969), p. 171-174.



Figura 6 Torres de Teotónio Pereira e Blocos de Palma de Melo com o Bairro da Encarnação em primeiro plano, fotografia de Armando Maia Serôdio, 1968. AML, PT/AMLSB/GMLSB/BAH/PCSP/004/SER/SO1384.

ON constitui-se assim como um território onde as teorias urbanas desenvolvidas no seio dos CIAM podem finalmente ser postas em prática com um mínimo de constrangimentos, propiciando a inserção pontual dos edifícios num espaço livre, fluido e ajardinado, e contrapondo-se à urbanística formal praticada em Alvalade. Cumpre-se finalmente a cidade sobre o parque preconizada na Carta de Atenas, mas esta é uma realização tardia onde se nota já a reflexão crítica de alguns projetistas. Apesar disso, em ON, a estrutura geral do plano impõe-se à pulverização das propostas arquitetónicas, o que já não virá a ser o caso do vizinho OS. Poder-se-ia argumentar que o tamanho de ON, equivalente a uma célula de OS, facilita a definição de uma imagem global, mas há que admitir que não se vislumbra a mesma unidade em qualquer das outras células que compõem OS.

Leopoldo de Almeida¹⁴ aponta-lhe um excesso de fidelidade a princípios esquemáticos que terão conduzido a uma neutralidade dos espaços urbanos e a um esquema circulatório demasiado desvinculado dos edifícios. Outra dúvida que surge ao autor prende-se com a medida em que deve propor-se às populações de baixos recursos uma linguagem urbanística em clara rutura com o seu «habitat» de origem, o que denota preocupações de ordem cultural e sociológica que vão ter grande expressão no bairro de Olivais Sul.

Os arquitetos que participaram em ON pertencem à geração nascida nos anos 1920 que, na sua maioria, partilhava convicções próximas do racionalismo preconizado pelos CIAM, muito embora este já estivesse a ser posto em causa. Apesar de verificarmos que alguns destes arquitetos não partilham já desta conceção abstrata do destinatário da arquitetura, as suas intervenções resumem-se ainda a edifícios isolados.

¹⁴ ALMEIDA, Leopoldo – *Op. cit.*

Em OS vamos encontrar também a geração nascida nos anos 1930, a dos discípulos e colaboradores da primeira geração, muitos dos quais próximos das preocupações que no pós-guerra vieram pôr em causa o dogmatismo da Carta de Atenas e, em última instância, provocar a extinção dos CIAM, e que eram agora veiculadas pela revista *Arquitectura*. Como veremos, aqui terão oportunidade de intervir em grupos de edifícios agregados e de determinar a sua implantação e espaço exterior.

3. OLIVAIS SUL

O plano de OS apresenta uma estrutura celular hierarquizada, baseada no zonamento de funções, seguindo o esquema proposto pela primeira geração das *new towns* britânicas que desenvolve a tradição das cidades-jardim e se afasta do *mainstream* racionalista do âmbito dos CIAM. Fundamenta-se numa ideia de semi-autonomia do bairro em relação à cidade, ao mesmo tempo que procura autonomia entre as suas partes de uma forma hierárquica e vai permitir grande liberdade individual aos projetistas dentro de cada célula. Implantando-se a sul do Bairro da Encarnação e a norte dos terrenos ainda vagos de Chelas, dentro de um polígono definido por quatro avenidas já construídas, não vai estabelecer relações de continuidade ou interdependência com a envolvente urbana. À semelhança de ON, o território ostentava poucas pré-existências urbanas.

A malha de Olivais Sul também já tinha sido objeto de um plano por parte do extinto GEU. De acordo com a Memória Descritiva do plano elaborado pelo GTH¹⁵, a aplicação do Decreto-Lei n.º 42454 tornou obsoleto o anterior estudo que, entretanto, já resultara na construção de parte dos arruamentos, o que constituía um importante condicionamento na elaboração do novo trabalho. O documento refere que se optou por uma solução de compromisso, consistindo as alterações mais profundas na retificação das penetrações da malha e respetivos nós.

O território é descrito como uma zona rural, com uma exploração agrícola típica dos arrabaldes lisboetas que, nalguns casos, obrigaria a obras de modelação do terreno de certa importância. O tipo característico da propriedade rústica era o da quinta, com o núcleo edificado quase sempre em locais elevados, servido por áreas sombreadas com acesso por azinhas muradas. Refere-se que houve o cuidado de, sempre que possível, respeitar estas características e procurar a sua integração paisagística (Figura 7).

Na prática, o que hoje se reconhece das pré-existências construídas em OS é a persistência da geometria das azinhas no traçado da circulação viária e a conservação do cemitério e de duas das quintas, uma delas, a da Fonte do Anjo, que sempre se manteve em propriedade privada apesar de alienada da maior parte dos seus terrenos, e outra, a do Contador-Mor, que acolhe atualmente uma biblioteca municipal. No entanto, à diferença do que acontece em ON, sente-se em OS a presença singular de um território cujas características geográficas determinam a configuração do edificado.

No plano do GTH para Olivais Sul¹⁶, contemplando uma população aproximada de 38000 habitantes a instalar em cerca de 8000 fogos, os princípios racionalistas são aplicados já de uma forma crítica. Estrutura-se em cinco células, dispostas em torno de uma sexta, onde se instalaria o Centro Cívico-Comercial Principal, a que se atribuíu um papel fundamental no funcionamento semiautónomo do bairro em relação à cidade, que só muito mais tarde é realizado e em moldes diferentes do que estava determinado. Os equipamentos básicos (escolas e comércio) distribuía-se localmente segundo raios de influência e acompanhando a concentração da população. À escala do bairro, previam-se centros cívico-comerciais (um principal, dois secundários), parques principais, instalações

¹⁵ Ver Olivais Sul em Discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

¹⁶ A autoria do plano-base de OS é atribuída a Rafael Botelho e Carlos Duarte. A autoria dos planos parcelares é atribuída a um grupo de trabalho dirigido por Rafael Botelho, de que fizeram parte António Freitas, Carlos Duarte, Celestino de Castro e Mário J. Bruxelas. A autoria do projeto de urbanização, equipamento e espaços livres é atribuída a um grupo de trabalho dirigido por Carlos Duarte, de que fizeram parte Luiz Vassalo Rosa, Eduardo G. Medeiros, Francisco Figueira, Carlos Worm, Joel Santana, Joaquim Castro; Engs. J. M. Pereira Gomes e João Guterres; Escultores Jorge Vieira e António Alfredo. Ver Olivais Sul em Discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.



Figura 7 Planta de Olivais Sul, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0506, p. 2.

desportivas e igrejas. A localização dos centros cívico-comerciais secundários levava em conta a rede viária principal, implantando-se junto às vias de atravessamento, que definem a separação das células, e constituindo em conjunto com o Centro Cívico-Comercial Principal uma linha longitudinal central que se define como coluna vertebral do plano. O esquema de arruamentos internos pretendia-se claramente hierarquizado, de acordo com as funções atribuídas no plano. Também se substituiu o estacionamento ao longo do passeio por bolsas e impasses, com acesso pelos arruamentos locais e com dimensões definidas consoante as categorias de habitação. O sistema viário seria complementado por uma rede de percursos pedonais independente e demarcada da circulação automóvel, explorando “o interesse paisagístico dos percursos”¹⁷ (Figura 8).

Das seis células que compõem a malha dos Olivais Sul, apenas quatro (B, C, D, E) se destinam diretamente a habitação. A célula F é constituída em grande parte pelo Cemitério dos Olivais, por uma faixa de proteção à zona industrial e por um núcleo habitacional de realojamento. A célula G é ocupada pelo Centro Cívico-Comercial Principal. As células habitacionais incluíram, para além das zonas verdes de proteção, recreio e desporto, o equipamento escolar e comercial adequado. À escala da célula planearam-se quatro grandes parques para crianças em idade escolar que nunca seriam realizados nos moldes em que foram pensados¹⁸. Em todas as células previam-se também jardins de tratamento formal cuidado, reivindicando a tradição do jardim público lisboeta, que seriam “pontos de atracção determinantes na caracterização das zonas”¹⁹, de acordo com o que vem expresso na Memória Descritiva. Reservam-se ainda duas grandes áreas verdes na célula C para toda a população, o atual

¹⁷ Ver Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

¹⁸ Segundo a Memória Descritiva do plano, os parques a construir nos Olivais Sul contemplariam áreas lúdicas e instalações para atividades pedagógicas como teatro de ar livre, fantoches, biblioteca infantil, etc., seguindo o modelo das escolas e parques suíços “Robinson Crusoe”.

¹⁹ Ver Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

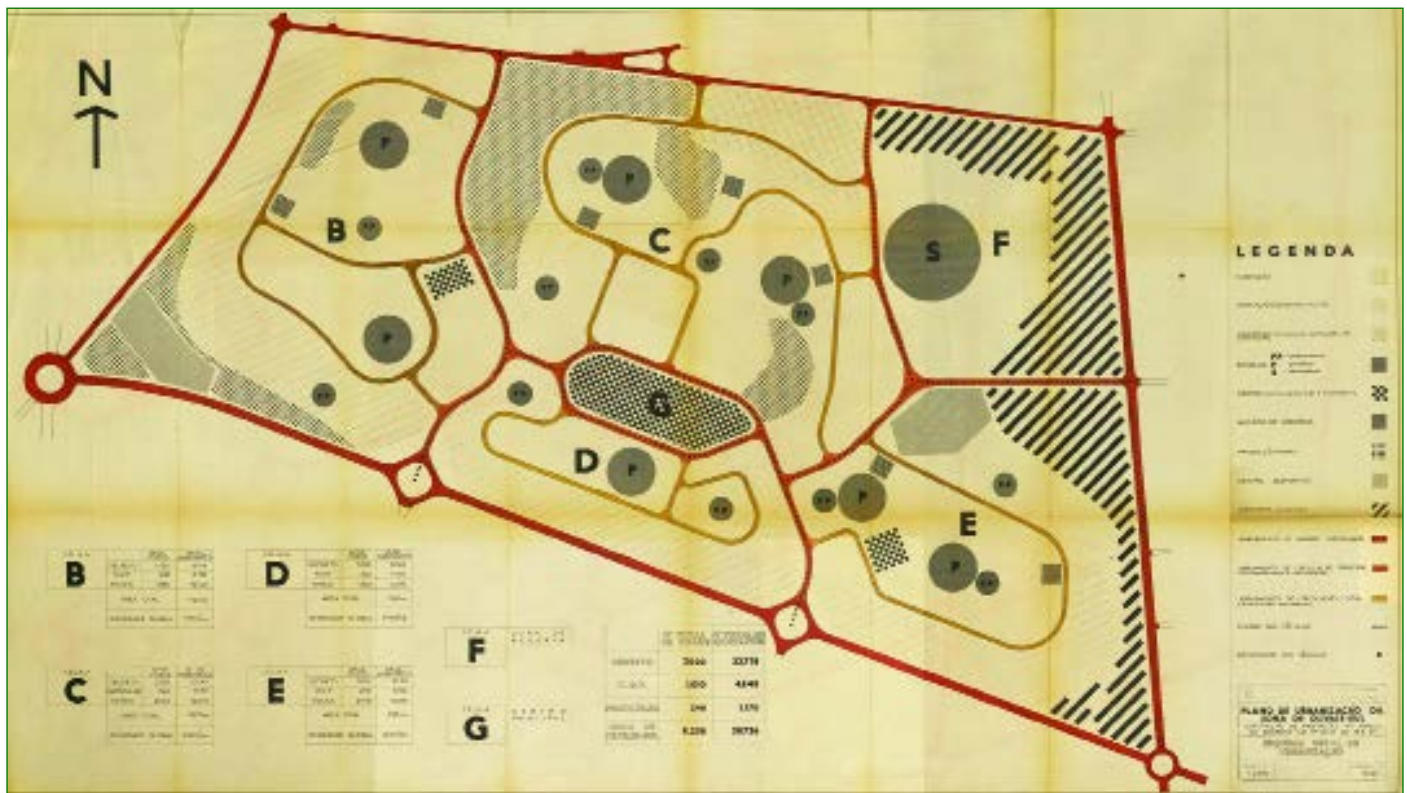


Figura 8 Estrutura Celular de Olivais Sul, 1959. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/05, p. 13.

Parque do Vale do Silêncio, a poente, e o parque urbano da Quinta do Contador Mor, a nascente, mas só o primeiro foi realizado.

O plano propunha-se estruturar as zonas residenciais com base no número de habitantes e estabelecer um quadro geral de equipamento e serviços ajustado aos escalões definidos. Os quatro escalões eram os seguintes: grupo residencial com 1200 a 2400 habitantes; unidade de vizinhança com 4000 a 5800 habitantes; célula com 9600 a 12000 habitantes; malha com 38400 a 48000 habitantes. Na definição destas áreas procurou antever-se as necessidades de ar livre por indivíduo e hábitos de frequentadores por faixas etárias, delineando-se uma série de determinações programáticas que vinculavam espaços livres com características definidas a cada escalão habitacional. Reservaram-se na proximidade imediata dos edifícios de habitação, no escalão grupos residenciais, terrenos de jogos infantis e espaços para o convívio e recreio de adultos, sendo estes «prolongamentos da habitação» considerados na Memória Descritiva como particularmente pertinentes nas zonas onde predominavam as categorias mais baixas.

Mas, apesar da malha ter sido organizada em função de «células», esta designação refere-se por vezes a uma subdivisão geográfica que decorre do traçado das vias principais e que adota este nome por simplificação. Assim, considera-se que as células B e C são compostas por duas unidades de vizinhança «teóricas», enquanto que as células D e E acabam por corresponder apenas a unidades de vizinhança únicas. Do mesmo modo, nem sempre os grupos residenciais correspondem exatamente à sua base teórica. Este desacerto entre o dimensionamento teórico e a aplicação prática é justificado pela preocupação em se evitar a criação de núcleos socialmente segregados e conduziu à definição de “esquemas de organização espacial interpenetrantes e fluidos”.

Ainda em relação aos grupos residenciais, se, por um lado, procurava evitar-se a auto-segregação de núcleos que resultaria da grande concentração de fogos de uma única categoria, o que era desaconselhado pelo decreto fundador, por outro, rejeitava-se a mistura indiscriminada, privilegiando-se a criação de pequenos núcleos formados por categorias afins, agregando principalmente as duas primeiras (I e II) ou as duas últimas (III e IV). Atribuía-se aos órgãos coletivos dos escalões seguintes um papel integrador destes grupos, que raramente se fechariam sobre si e se constituíam como um todo articulado em função desses equipamentos.

Carlos Duarte defende, em 2007²⁰, que o processo de organização celular utilizado em OS tem vantagens "do ponto de vista de dentro para fora", no modo de habitar, explicando que na base das coisas estava a preocupação com a forma de vida que se iria desenvolver naquele sítio. Admitindo que "isso [possa] dar origem [...] a uma certa dispersão formal, e [...] até a uma certa anarquia", considera que esse risco é mitigado em OS porque os contratos que o GTH firmava com os projetistas "eram de [...] grande dimensão de forma a [permitir] a identificação de zonas com uma certa extensão". O arquiteto sustenta que essa imagem própria só se perde quando Olivais é visto à distância, ou de avião ou automóvel, mas confessa que não era essa a ordem formal que estava na base das suas maiores preocupações, que no plano a ordem formal era subordinada principalmente a fatores de ordem sociológica. Esta posição denota afastamento da estratégia de composição formal abstrata do *plan masse*, que é associada ao planeamento racionalista moderno.

Ainda assim, em 1969²¹, Nuno Portas considerava o plano de OS limitado ao zonamento e arranjo de volumes, não designando um espaço urbano característico que, de fora para dentro, programasse os edifícios, o que, aliado à ausência de pré-existências, propiciava uma aglomeração de objetos disputando protagonismo, num "estranho «collage» espacial com o seu quê de experiência de concretismo sonoro, ou montagem pop de elementos achados, que apenas fica empobrecido pelo facto de ter sido feito sem humor". Mesmo as soluções de arquitetura mais repetitivas e tipologicamente articuladas são, segundo ele, reduzidas a objetos pela não-estrutura do conjunto e cita um morador do bairro, que o descreve como um conjunto de edifícios "semeados em dia de vendaval". Significativamente, Portas reconhece ao plano de ON uma ordem legível, por vulgar que fosse.

Carlos Duarte explica em 2002 que o convite a arquitetos para executar os projetos no seu *atelier* resultava também da ausência de alternativa face ao tempo e recursos disponíveis, admitindo que este sistema viria a revelar dificuldades, nomeadamente na relação entre urbanistas e arquitetos, e terá sido responsável por algumas soluções de compromisso. Acrescenta que as indicações numéricas das células eram acompanhadas por visualizações a três dimensões que exprimiam intenções de organização espacial e volumétrica: "Com o andar do tempo verificar-se-ia que em alguns casos conduziram a desentendimentos entre as duas partes, embora noutros tivessem constituído um ponto de partida para um trabalho comum"²².

É assinalável o esforço do GTH em coordenar e articular formalmente as propostas das equipas projetistas. Apesar das críticas à consistência da estrutura urbana de OS, poder-se-ia argumentar que é a maleabilidade dessa estrutura que permite a diferenciação das soluções de arquitetura e a riqueza da sua articulação com o espaço exterior imediato. De uma forma geral, os teóricos coincidem na crítica à legibilidade, ou mesmo à identidade da estrutura urbana de OS, mas reconhecem o cuidado que houve no tratamento do espaço livre exterior, e parece ser sobretudo ao nível da resolução dos grupos residenciais que encontram maior interesse disciplinar na intervenção.

Podemos argumentar que o Plano de OS contribui para o processo de distanciamento das teorias da Carta de Atenas. A sua estrutura celular, que facilitava as incursões dos autores dos projetos de arquitetura no desenho urbano, afastava-se da conceção de ON, onde era legível a repetição do tipo, descrita por Portas como a "unidade imposta à diversidade"²³. Embora em ON se verifiquem experiências, ainda que circunscritas aos edifícios, que já indicam uma atitude crítica em relação ao esquematismo dos CIAM, o plano apresenta-se ainda tributário dos modelos racionalistas já testados. Em OS, a mistura de tipos e formas de agrupamento é encorajada, prescindindo-se da disposição hélio-orientada ou de outra geometria reguladora, "a diversidade impondo-se à unidade"²⁴.

²⁰ NUNES, João Pedro Silva – *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007. p. 120 e 122-123.

²¹ PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. p. 129-130.

²² DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

²³ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

²⁴ *Idem*.

Carlos Duarte confirma a influência das realizações inglesas do pós-guerra, nomeadamente na adoção do conceito de «unidade de vizinhança», embora sem seguir à letra os esquemas dessas cidades. O autor frisa que tudo é feito na perspectiva de aplicação a uma cidade como Lisboa, com uma tradição de viver urbano e um património histórico e arquitetónico peculiar, e que por isso se insistiu na «vida de bairro» com tradução espacial em ruas, caminhos e praças. Esta intenção terá tido, segundo ele, correspondência no trabalho de algumas equipas de projetistas, na linha de realizações da INA-Casa, na mesma época em Itália. Duarte revela que houve a preocupação em agrupar os arquitetos por «tendências», “assim se conseguindo núcleos de paisagem urbana de relativa homogeneidade”, mas reconhece ainda assim a existência de casos de “evidente ruptura imagética”²⁵.

Na Memória Descritiva assinala-se como intenção de base “dar forma a uma organização espacial de características vincadamente urbanas em que sejam consideradas algumas soluções tradicionais de cidade (rua, praça, pátio)”. O respeito pelas características orográficas do terreno é repetidamente mencionado, nomeadamente na descrição dos circuitos de peões, que se pretendiam independentes das vias de tráfego automóvel, mas com uma leitura fácil, “ligando os centros de interesse principais e explorando o interesse paisagístico dos percursos”, e em cujo traçado se teve em conta as azinhagas existentes. Enumeram-se assim preocupações morfológicas que podem parecer contraditórias, como a disposição dos edifícios ao longo do terreno “sem lhe alterarem os aspectos essenciais, antes acentuando as suas características”, a implantação das torres nos pontos altos “ou de forma a propiciar uma leitura rítmica das cumeadas” e, nas encostas, a aderência das construções ao relevo que, no entanto, “igualmente e deliberadamente se pretendem encontrar na continuidade da melhor tradição da arquitectura e arte urbana da cidade”.

De facto, parecem evidenciar-se diferenças de conceção entre os principais responsáveis pela sua elaboração, Rafael Botelho e Carlos Duarte. Apesar de próximos em idade, o primeiro, nascido em 1923, foi mais do que uma vez bolseiro em Inglaterra para estudar *in loco* as *new towns*, e o segundo, nascido em 1926, mostrava interesse pelas experiências nórdicas e italianas, sobre as quais escreveu na revista *Arquitectura*, e manifestava as preocupações cultural que temos vindo a conhecer.

Nuno Portas relata que em OS lhes coube uma unidade de vizinhança com mais de 500 habitações de baixo custo onde o plano de volumes “indicava também bandas e torres como ingredientes compositivos”. Segundo ele, procuraram levar mais longe a crítica ao *mainstream* racionalista: “tentar inserir a praça, a rua, o pátio, como espaços positivos (menos residuais) que os edifícios, por seu turno, mais encostados uns aos outros, moldariam”. Articularam, assim, os «blocos» em quarteirões relativamente abertos e de geometria irregular, de modo a ladearem os arruamentos e introduziram também funções não habitacionais nos edifícios, que no programa eram previstas separadas, “para que essas ruas ou praças não ficassem apenas na retórica do «feito»”²⁶.

A descrição adequa-se aos edifícios em banda para a categoria I que projetou com Costa Cabral na Célula C, que era gerida por Carlos Duarte. A organização interna das habitações, explica Portas, procurava coerência com o espaço público pretendido, tentando que as “peças mais vividas (cozinhas, quartos dos filhos, escadas) se abrissem para o interior dos quarteirões, que, “ao contrário do *standard* racionalista”, a entrada no fogo não desse diretamente para a sala nem esta desse acesso aos quartos e se pudesse fechar ao uso da casa (ou em alternativa ser vista como um espaço multiusos), ou ainda que não houvesse passa-pratos entre a sala e a cozinha mas que fosse esta a ter um recanto para comer. Estas experiências culturais chegam a causar, nas bandas como nas torres, desalinhamentos entre as paredes e a estrutura portante que seriam inadmissíveis à luz dos cânones racionalistas.

Nestas torres, para a categoria II, encontramos de novo uma zona de convívio com vista para a rua no patamar de piso, como nas torres de Nuno Teotónio Pereira e António Freitas em ON para a mesma categoria, mas desta vez apartada da zona que concentra as entradas para os quatro fogos. No interior das habitações definem-se circulações possíveis através das várias divisões, procurando versatilidade de uso num espaço de área reduzida.

²⁵ DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

²⁶ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 51.

Nas intervenções em OS nota-se preocupação com o espaço concreto e com as circunstâncias do lugar. Mesmo que se considere que isso acontecia de modo descontínuo e segundo o arbítrio dos diversos projetistas, o plano de urbanização não deixava de dar indicações nesse sentido. Na zona Sul da Célula B, os edifícios de quatro pisos em banda de Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima seguiram um estudo de volumetria e organização, prevendo uma massa edificada em bandas contínuas e definindo uma sucessão de logradouros de serventia próxima das habitações.

Quando da publicação do projeto²⁷, os autores manifestaram interesse numa movimentação volumétrica que evitasse “a monotonia das fachadas contínuas e das empenas cegas, frequentemente observável nos edifícios sujeitos a limites orçamentais baixos”. A edificação, para a categoria I, organizou-se com base na repetição e conjugação de núcleos de três fogos reunidos por núcleo de acessos comum. Segundo os arquitetos, a célula-base foi estudada “de forma a permitir a sua junção com as células imediatas, através das empenas ou de uma das frentes, permitindo formar bandas contínuas com possibilidade de ligeiras inflexões para acompanhar os arruamentos, ou conjuntos mistos em T, L ou U”. Embora não façam referência à organização interna dos fogos, reconhecem-se preocupações partilhadas com Portas e Costa Cabral na definição de zonas autonomizadas junto da cozinha para refeições ou serviços domésticos e de varandas com área suficiente para se estar, ainda que não se identifique a mesma preocupação com a possibilidade de compartimentação dos espaços e de distinção de percursos.



Figura 9 Edifício de Croft, Morais e Cadima, fotografia de Arnaldo Madureira, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/004179.

²⁷ CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 166-169.

²⁸ PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

Ambas as equipas partilham uma abordagem ao projeto de habitação coletiva em que a orientação solar não é a principal questão, mas, sim, a presença urbana e a relação com o espaço exterior. Mas enquanto Portas²⁸ justifica a utilização do tijolo à vista como uma forma de acentuar a continuidade das paredes dos alçados dos edifícios no espaço exterior coletivo, Croft, Cadima e Morais²⁹ argumentam a sua utilização pelo lado do conforto térmico e do envelhecimento do material. Também em relação à solução para a cobertura, enquanto Portas confessa uma posição de partida influenciada pela retórica neo-realista para explicar a opção pelo telhado, a outra equipa continua com a argumentação técnica para fundamentar a solução em laje de betão armado, com enchimento de betão celular e revestimento cerâmico. No entanto, parece claro que Croft, Cadima e Morais partilham um léxico figurativo de tendência cultural com Costa Cabral, Portas e outros projetistas que vão trabalhar em OS.

Como em ON, é sobretudo nas categorias mais baixas que encontramos as propostas mais interessantes em OS. A Memória Descritiva do Plano esclarece que as bandas contínuas de quatro pisos se destinavam sobretudo às categorias mais baixas, até por ser este o limite de pisos que exclui a obrigatoriedade de meios mecânicos (mais caros) para os acessos verticais, o que conferia aos espaços exteriores uma importância acrescida por servirem uma população que “por virtude de hábitos tradicionais, de um sedentarismo forçado pela própria condição económica e também pela exiguidade das habitações mais os poderão apreciar”. No entanto o GTH admite terem sido considerados casos diferentes “a título excepcional e tentados com uma intenção deliberadamente experimental”. Será este o caso dos edifícios em banda de Vítor Figueiredo e Vasco Lobo, também na Célula B, que apesar de se destinarem à categoria I apresentam um desenvolvimento de sete pisos.



Figura 10 Edifício de Figueiredo e Lobo, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967.
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/001227.

²⁹ CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – *Op. cit.*

Aqui é utilizado o sistema de distribuição em galeria exterior, que minimiza a utilização de elevadores e articula os diferentes corpos tanto em planimetria como em altimetria. No entanto, esta galeria não é apenas entendida como dispositivo de circulação, mas, também, como espaço que promove as relações de vizinhança. Igualmente significativa é a definição de uma área de limiar entre a entrada do fogo e a galeria. Esta zona de soleira confere às galerias o carácter de cenário urbano que é acentuado pelo envolvimento que proporciona a articulação dos tramos do próprio edifício. A relação com estas ruas artificiais parece procurar substituir a relação com o exterior imediato, que é assim transportada para as alturas.

Pensado como edificação autónoma e passível de repetição, o edifício parece querer constituir-se ele próprio num lugar que pode ser implantado em sítios diferentes. Por ambiciosa que possa parecer a pretensão, ela distingue-o dos edifícios isolados de conceção mais racionalista que vimos em ON, ou, para não irmos tão longe, do edifício vizinho desenhado por Hernâni Gandra, Neves Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins que, por alguma razão, é conhecido entre os residentes do bairro pelo nome de «comboio parado» (Figura 11).

Projetado para a categoria II, este último edifício desenvolve-se em oito pisos e também é servido por um sistema de distribuição em galeria, mas, à diferença do anterior, é pensado de uma forma mais genérica e mais conforme aos cânones universais da arquitetura racionalista do Movimento Moderno. Ao contrário das intervenções em Alvalade, não encontra o respaldo da cidade tradicional, existente ou projetada, e parece poder prolongar-se por uma extensão indeterminada, somando «carruagens». Por outro lado, apesar de ter a mesma orientação Noroeste-Sueste dos blocos em ON, não se encontra inserido num ritmo de composição que estabeleça limites claros à sua configuração.



Figura 11 Edifício de Gandra, Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins, fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001817.

Como vimos, em OS, à definição do espaço exterior através do contínuo construído, em que poderíamos incluir as intervenções de Portas e Costa Cabral ou as de Croft, Cadima e Morais, que continuam as linhas de investigação mais «urbanas» do Neo-Brutalismo britânico ou do Neo-Realismo italiano, contrapõe-se a implantação pontual de torres em sítios determinados, que vai ao encontro do propósito de Rafael Botelho de balizar uma leitura geral do território marcando os seus pontos altos e que denota a influência do espírito pitoresco no Neo-Humanismo britânico ou do Neo-Empirismo nórdico.

Na zona Sul da Célula C, Manuel Tainha e Raul Hestnes Ferreira constroem três torres de dez pisos para a categoria 2, em que a intenção de Botelho parece ser tomada em conta e porventura acentuada de uma forma inusitada pela cor escolhida pelos arquitetos. Aqui existe uma analogia com as torres de Portas e Costa Cabral na definição de zonas de convívio e de vista para o exterior nos patamares de piso. Mas enquanto estes privilegiavam a visão mergulhante, para a rua e para o bairro, Tainha e Hestnes Ferreira exploram a vista distante, à escala do território. Nestas torres, as aberturas para os patamares alternam entre duas fachadas opostas, variando em altura conforme os andares e em orientação conforme os edifícios, demonstrando preocupação com a composição geral do conjunto e com tomadas de vista que pressupõem a posição distante do observador.

Embora os prismas quadrangulares que constituem os edifícios se implantem com uma aresta para Norte, minimizando a exposição a esse quadrante, as tipologias organizam-se simetricamente em relação aos seus eixos, que podem rodar noventa graus de torre para torre, o que representa uma apreciável quantidade de orientações solares diferentes, nem todas boas, para habitações de planta semelhante. De resto, todas as arestas, orientadas aos quatro pontos cardeais, apresentam vãos que correspondem invariavelmente a janelas de quartos. Daqui se conclui da existência de uma abordagem poética ao edificado no seu conjunto que se sobrepõe a questões pontuais de ordem mais genérica e racionalista, que é ilustrada pela importância dada à composição urbana e se evidencia na atenção dada à implantação dos edifícios e à definição do espaço exterior comum.

Já noutras experiências em torre, como a de Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego Costa, também na Célula C, os acessos a cada lote são individualizados e os edifícios tratados como entidades autónomas. Assegurando, com a sua implantação, a leitura rítmica das cumeadas pretendida no plano, estas três torres de catorze pisos são também idênticas, mas, à diferença das de Tainha e Hestnes Ferreira, mantêm a mesma orientação, com a coluna de escadas do lado Norte, minimizando assim a exposição dos fogos para esse quadrante. Não se tem assim propriamente uma leitura de conjunto, mas antes uma visão serial de objetos que pontuam o território e que, sem grande diferença, poderiam ser mais do que três.

Mas se as torres de Gomes da Silva e Rego Costa e as de Tainha e Hestnes Ferreira cumprem o desígnio de pontuar o território, isso não acontece às de Portas e Costa Cabral. Embora estas últimas sejam implantadas de modo a continuar o ritmo imprimido pelas primeiras, apesar de variarem de orientação, têm metade da cêrcea e estão envoltas por construção, não conseguindo sobressair como pontos notáveis à distância, sobretudo depois do crescimento da vegetação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos dos Olivais partilham uma conceção de composição de volumes soltos sobre o terreno, com uma implantação autónoma do traçado das vias de circulação e em que os equipamentos e serviços são segregados da habitação. No entanto, para além destas semelhanças, a que se pode juntar a disciplina de construção e os condicionamentos impostos pelo Decreto-Lei nº 42454, existe uma série de diferenças que ilustram a complexidade cultural do pensamento arquitetónico e urbanístico à época e, em particular, em Portugal.

Se em ON se reconhece um traçado agregador na composição e se remete o terreno em que está implantada para uma posição de pano de fundo, em OS, os volumes organizam-se de uma forma celular, que procura tirar partido da orografia. Em ON, a estrutura compositiva é clara em todo o território e os edifícios estão submetidos às suas



Figura 12 Torres de Gomes da Silva e Rego Costa (1.º plano) e torres de Portas e Costa Cabral (2.º plano), fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSB AH/PCSP/004/AJF/001875.

regras, funcionando como elementos de um todo. Em OS, a composição geral não consegue uma legibilidade clara e a caracterização urbana firma-se sobretudo nas soluções encontradas pelas diferentes equipas projetistas para os *grupos residenciais*, que funcionam como fragmentos. Poderíamos ainda concluir que, em ON, somos remetidos para o todo e, em OS, somos remetidos para a parte.

Naturalmente que, nestas comparações, é preciso ressaltar a diferença de dimensão entre os dois territórios. O facto de OS ser quatro vezes maior que ON é importante para a sua legibilidade como estrutura, mas, ainda assim, não há dúvida que não encontramos dentro das células de OS a identidade com o todo que encontramos em ON. No entanto, em certa medida, o relativo «falhanço» que é apontado ao plano de OS no que diz respeito a impor uma imagem urbana é ressaltado pela liberdade que permitiu aos projetistas conceber cada intervenção. Apesar da diversidade destes fragmentos, sente-se em OS um espírito de lugar e há, na sua edificação, uma coerência espacial e formal, ainda que se possa apontar que parte dessa coerência se deva às imposições construtivas do GTH e às restrições programáticas do Decreto-Lei nº 42454.

De outra forma não se compreenderia o modo como a construção compacta e contínua que se construiu na área destinada ao Centro Cívico em OS nos parece desadequada. O alinhamento pela rua e em cortina ininterrupta de edificação, que atinge a cêrcea dos 14 pisos, contrasta de forma contundente com a implantação fragmentada, a geometria variada, a presença do terreno e a mistura de tipologias que caracterizam o bairro. O encerramento do interior do lote da Célula G, o regresso à forma fechada, ou quarteirão, ainda por cima com estas dimensões, revela-se contraditório com o «espírito» dos Olivais. Talvez este contraste seja mais elucidativo da presença de uma estrutura em OS, ou pelo menos de um desígnio compositivo, do que a tentativa de enunciação das suas regras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

Planos Gerais de Olivais Norte e Sul, 1970. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0257, p. 9.

Plano de Urbanização da Zona de Olivais Norte, 1959-60. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/11; Pág. 17.

Planta de Olivais Sul, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0506, p. 2.

Estrutura Celular de Olivais Sul, 1959. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/313/05, p. 13.

Edifício de Abel Manta em Olivais Norte, fotografia de Armando Maia Serodio, 1963. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005332.

Edifício de Vasconcelos Esteves, fotografia de Artur João Goulart, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/S02419.

Edifício de Braula Reis e Matoso, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001271.

Torres de Teotónio Pereira e Blocos de Palma de Melo com o Bairro da Encarnação em primeiro plano, fotografia de Armando Maia Seródio, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S01384.

Edifício de Croft, Morais e Cadima, fotografia de Arnaldo Madureira, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/004179.

Edifício de Figueiredo e Lobo, fotografia de Vasco Gouveia de Figueiredo, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/001227.

Edifício de Gandra, Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins, fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001817.

Torres de Gomes da Silva e Rego Costa (1º plano) e torres de Portas e Costa Cabral (2º plano), fotografia de Augusto de Jesus Fernandes, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001875.

ESTUDOS

ALMEIDA, Leopoldo – Olivais Norte: nota crítica. *Arquitectura*. Nº 81 (1964), p.12-14.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da arte em Portugal: a arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. vol 14.

CROFT, Vasco; MORAIS, Justino; CADIMA, Joaquim – Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 166-169.

DUARTE, Carlos – Memórias de Olivais-Sul. *Jornal Architectos*. Nº 204 (2002), p. 53-58.

GRAVAGNUOLO, Benedetto – *Historia del urbanismo en Europa: 1750-1960*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

LAMAS, José – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para Ciência e Tecnologia, 2004.

MUMFORD, Eric – *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

NUNES, João Pedro Silva – *À Escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; PORTAS, Nuno – Habitações em torre em Olivais-Norte. *Arquitectura*. Nº 110 (1969), p. 170-173.

PORTAS, Nuno – *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

PORTAS, Nuno – A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria. *Jornal Arquitectos*. Nº 204 (2002), p. 48-52.

SANT'ANA, Joel; FIGUEIREDO, Eduardo; ANTUNES, Joaquim – Aspectos da intervenção do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa na construção de habitação social. *Boletim GTH*. Vol. 6 Nº 41-42 (1º semestre 1982), p. 371-376.

Extractos da memória descritiva do estudo base de Olivais elaborada em 1955. *Arquitectura*. Nº 81 (março 1964), p. 5-11.

Olivais Sul em discussão. *Arquitectura*. Nº 127-128 (1973), p. 57-64.

TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos cinquenta*. Porto: Edições FAUP, 1997.

Submissão/submission: 31/07/2019

Aceitação/approval: 15/11/2019

Tiago de Almada Cardoso Proença de Oliveira, CEEA – Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto (ESAP), 4050-545 Porto; Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura (DECA), Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior, 6201-001 Covilhã, Portugal. tiago.cardosodeoliveira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4874-1345>

Oliveira, Tiago Cardoso de – A modernidade complexa dos bairros dos Olivais. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 161 – 181. <https://doi.org/10.48751/CAM-2019-12127>
